

**ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**  
**(16 de janeiro de 2007)**

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e sete, às dezenove horas, no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a centésima sexagésima quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta: **1. Aprovação da Ata da 163ª Reunião Ordinária e Ata da Reunião Extraordinária de 04 de dezembro de 2006 do Conselho Municipal de Saúde e pauta para a 164ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2. Informes; 3. Apresentação do Projeto de Lei nº 265/2006 para parecer do CMS; 4. 10ª Conferência Municipal de Saúde de Londrina – Constituição de Comissão Organizadora; 5. Apresentação e Aprovação do Calendário de Reuniões para o ano de 2007; 6. Indicação de Conselheiro para acompanhamento do Convênio SAMU/CIAP; 7. Análise da Situação da Dengue.** Dra. Josemari de Arruda Campos dá início à reunião dando as boas vindas a todos e todas e desejando um ano de 2007 muito feliz e com muitas bênçãos para todos. Coloca em apreciação a **Ata da 163ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde que sem questionamentos é aprovada por todos.** A seguir é colocada em apreciação a **Ata da Reunião Extraordinária de 04 de dezembro de 2006** na qual Dr. Fahd Haddad solicita correção na linha 196 onde se lê para administração de RH que o correto é para viabilização do Programa Saúde da Família; **sem mais questionamentos é aprovada a Ata da Reunião Ordinária de 04 de dezembro de 2006.** Dra. Josemari coloca em apreciação a **Pauta para esta reunião que é aprovada por todos.** ~~Ata Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde 16 de janeiro de 2007~~

A seguir passa-se ao item **2 da pauta: Informes:** Dra. Josemari parabeniza os aniversariantes do mês de Janeiro: Eder Pimenta de Oliveira, Manoel Nivaldo da Cruz, Argéria M. Serraglio Narciso, Dr. Fahd Haddad, Joelma Aparecida Carvalho, Mara Rossival Fernandes e Ana Paula Cantelmo Luz. Dando prosseguimento à reunião Pastor **Ailton** informa que esteve visitando a Unidade de Saúde Vila Brasil, constatando que a Unidade está em situação precária, a área de abrangência é muito grande com apenas três clínicos. Diz ainda que foi informado pelo Sr. Daniel que é o presidente da Associação de Moradores e pela Cláudia responsável pela Unidade que já foi aprovada na 9ª Conferência a reforma para aquela unidade, e hoje a unidade já necessita de ampliação. Diz também que atrás da Unidade de Saúde passa o Ribeirão Guarujá onde se observa que está sendo jogado dentro dele rede de esgoto sendo necessário tomar também uma providência com as autoridades competentes. Gostaria de um posicionamento da Secretaria, pois necessita levar informações aos usuários daquela Unidade. **Dra. Josemari** respondendo ao Pastor Ailton diz que irá buscar todas as informações necessárias e as trará para a próxima reunião do CMS. **Marcos Ratto** solicita que sejam trazidas não só as informações sobre a Unidade de Saúde Vila Brasil, mas também de outras Unidades Básicas que tiveram suas reformas ou ampliações aprovadas por este Conselho, incluindo a Unidade Básica do Eldorado. Marcos deseja a todos um Feliz 2007 e que possam realizar um grande trabalho enquanto controle social e fiscalizador do dinheiro público. Iniciando seu informe faz uma retrospectiva do movimento de greve dos servidores municipais no ano de 2006, que foi pauta deste Conselho por várias vezes, tendo inclusive a presença da Promotoria Pública, e que apesar da luta com a administração não se resolveu a questão da reposição salarial dos servidores municipais; informa ainda estar repassando material para leitura sobre o aumento salarial para enfermeira(o) 25%; para médicos(as) 35% e para odontólogos (as) 25%, sendo que esse aumento tem causado um transtorno muito grande nas Unidades de Saúde, pois os servidores de nível técnico e administrativo não receberam aumento nem reposição salarial e prestam grande serviço à população usuária do SUS. Fala ainda que esse aumento custou aos cofres públicos R\$7.000.000.000,00 (sete milhões de reais) e que se fossem divididos para todos os servidores ativos

54 e inativos passaria de 5% de reposição salarial. Parabeniza a Presidente do Conselho e Secretária  
55 Municipal de Saúde Dra. Josemari pela postura e esforço quanto ao momento crítico que atravessam  
56 os servidores da Unidade de Saúde Maracanã (antigo Panissa). **Angélica de Souza** informa que no  
57 dia 20 de janeiro, às 14h30, na Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes, que fica ao lado  
58 da Unidade de Saúde do Jardim Bandeirantes, estará ocorrendo uma Plenária Regional do Comitê  
59 Regional de Combate a Dengue da Região Oeste, onde serão tiradas estratégias de trabalho para a  
60 região oeste, tendo em vista que a mesma está com um índice de infestação muito alto do Aedes.  
61 Convida a todos os conselheiros para estarem presentes. **Wânia Guttierrez**, cumprimenta a todos  
62 desejando um Feliz Ano Novo. Com relação a prevenção de um surto de dengue, fala que depende  
63 muito da atitude do cidadão e do trabalho preventivo que está sendo feito, relata que as férias de  
64 todos os funcionários foram suspensas para estarem trabalhando a questão da Dengue. Fala ainda do  
65 novo endereço da 17ª Regional de Saúde que fica à Rua Piauí, nº 75, convidando a todos para uma  
66 visita. Informa ainda que o prédio do Centro de Saúde do Estado, onde está localizado o CIDI,  
67 passará por reformas, sendo que alguns serviços já estão no CISMEDPAR e outros serviços aos  
68 poucos irão migrar para a referência secundária. **Paulo Vicente** cumprimenta a todos e diz que o dia  
69 do médico passou e o Conselho não fez nenhuma comemoração; informa que dia 11 de fevereiro é o  
70 Dia Mundial do Enfermo, portanto solicita que cada um faça uma atividade especial, pois muitos  
71 destes enfermos estão passando fome e outras necessidades e precisam não só da ajuda do Poder  
72 Público, como de toda a sociedade. Solicita ainda que todos possam estar orando por essa parcela da  
73 população. **Orides Lopes Pinheiro** deseja a todos um Feliz Ano Novo e comunica que as reformas  
74 dos Hospitais Zona Norte e Zona Sul estão dentro do cronograma, agradece a compreensão de todos.  
75 **Elizabeth Bueno Cândido** diz que sua mãe esteve internada no Hospital Zona Sul do dia 03 ao dia  
76 08 de janeiro e apesar da reforma o atendimento prestado foi de alta qualidade portanto agradece a  
77 todos os funcionários e médicos do Hospital. **Joel Tadeu** inicia sua fala agradecendo a Wânia  
78 Guttierrez pelo atendimento prestado pelos funcionários da 17ª Regional de Saúde quando de  
79 algumas solicitações de informações feitas por ele. Agradece a Secretaria Municipal de Saúde e a  
80 Secretária do Conselho Municipal de Saúde, Sônia Anselmo que está auxiliando na organização da  
81 Oficina “Qualificação de Lideranças Comunitárias em Controle Social no SUS e em Saneamento  
82 Ambiental”. Convida Wânia Gutierrez, Dra. Josemari de Arruda Campos e todos os conselheiros e  
83 conselheiras a estarem presentes na Oficina que se realizará nos dias 19 e 20 de janeiro na Villa da  
84 Saúde. Informa ainda que este evento está sendo realizado em parceria com a CONAN que deverá  
85 ter seu Presidente representando esta entidade no Fórum Social Mundial. **Sônia Anselmo** agradece  
86 os elogios de Joel Tadeu e diz que está na Secretaria com o objetivo de trabalhar e servir a população  
87 usuária do SUS. **Dra. Josemari** agradece ao conselheiro Marcos Ratto por suas palavras elogiosas e  
88 diz ser fundamental conhecer a ponta e os problemas estruturais da rede, e no caso específico da  
89 Unidade do Maracanã é bastante preocupante e um desafio lidar com situações de violência urbana,  
90 diz ser um grande aprendizado e a Secretaria não está medindo esforços no sentido de buscar solução  
91 para este caso. Parabeniza Joel Tadeu pela realização do evento que considera muito importante para  
92 o avanço do controle social e confirma sua presença na abertura do evento. Informa sobre a Unidade  
93 Básica Eldorado dizendo que está realmente precária, inadequada pois é uma Unidade construída na  
94 década de 1970, para ser Posto de Saúde, ou seja, na lógica de fazer sala de curativo, inalação,  
95 vacinas; ninguém imaginava que os serviços iriam caminhar para esta amplitude. Esclarece que  
96 após algumas conversas com a comunidade local ficou definido que o atendimento deverá continuar  
97 no local. Diz que houve uma situação emergencial onde a água da chuva entrou através do telhado  
98 que já está poroso pelo passar dos anos e com algumas fissuras. Alguns técnicos estão estudando a  
99 construção de uma nova unidade no local. Esclarece ainda que existe uma emenda parlamentar para  
100 reforma dessa unidade, que ela, enquanto Secretária, está tentando mudar em Brasília, pois considera  
101 prioridade uma nova Unidade Básica na região. **Sônia Anselmo** justifica as ausências da Argéria,  
102 Jeremias, Jurema, Éder Pimenta e do Promotor Paulo Tavares que se encontra em férias. Informa o  
103 remanejamento de conselheiras da área rural devido a acordo feito na 9ª Conferência Municipal de  
104 Saúde, saindo **Maria José e Levina** e **retornando a Elizabeth Bueno Cândido** como titular e **Joelma**  
105 **Aparecida Carvalho** como suplente. Esclarece que o Tribunal de Contas do Estado está solicitando  
106 cadastro de todos os conselheiros e para tanto necessita do número de CPF e RG de todos. Informa

107 que houve um atraso na entrega das agendas do ano de 2007 e as mesmas só poderão ser entregues  
108 no mês de fevereiro. Diz que Hélio Domingos Ferreira foi desligado da administração, portanto não  
109 faz mais parte da equipe de trabalho do Conselho Municipal de Saúde e Márcia Batista Brizola foi  
110 transferida para o Gabinete. Quanto a reclamação do Dr. Rubens que não recebeu dois envelopes de  
111 convocatória do Conselho se compromete em verificar o ocorrido e retornar para ele depois. Sobre o  
112 curso de **capacitação sobre o Pacto pela Vida** solicitado pelo Conselho, diz que após vários  
113 contatos com a Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde foi informada que os  
114 palestrantes tem agenda para a primeira quinzena de fevereiro, portanto, é necessário deliberar sobre  
115 uma data para o evento e quem será o público alvo. Após várias considerações dos conselheiros o  
116 evento ficou agendado para os dias 09 e 10 de fevereiro de 2007, sendo dia 09, das 19h00 às  
117 22h00 e dia 10, a princípio até às 13h00 e se necessário o dia todo, tendo como público alvo  
118 todos os conselheiros municipais, um convidado de cada Conselho Local de Saúde e mais um  
119 de Conselho Regional de Saúde. O local deverá ser definido pela Secretaria do Conselho bem  
120 como os convites. **Marcos Ratto** pergunta à Secretária Municipal de Saúde como está o processo de  
121 conserto do raio X do Pronto Atendimento Municipal, haja vista que este quebrou no dia 02 de  
122 setembro de 2006. **Josemari de Arruda Campos** explica que na época que quebrou o raio X do  
123 Pronto Atendimento foi feito um processo licitatório e as empresas que se apresentaram não tinham  
124 toda a documentação exigida, o processo licitatório precisou ser refeito e nesse segundo momento  
125 nenhuma empresa se interessou em habilitar-se, a partir disto foi encaminhada à Procuradoria do  
126 Município uma consulta, explicando toda a situação, no começo de janeiro esta respondeu que diante  
127 dos processos que foram feitos a Autarquia poderia fazer uma modalidade mais simples de tomada  
128 de preços, uma vez que o custo operacional não compensava, pois a Autarquia estava terceirizando o  
129 serviço de raio X e levando os pacientes até estes, o que onerava o custo; informa que ontem  
130 conversou com o pregoeiro responsável, para saber dos encaminhamentos e este disse que os  
131 trâmites estão correndo para que o raio X seja consertado o mais rapidamente possível. Reforça que  
132 a Autarquia está fazendo o máximo possível, porém é necessário que a legislação vigente seja  
133 respeitada, informa também, que este conserto fica em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por ser  
134 um aparelho sofisticado, porém de modelo antigo, com peças que são importadas, mas acredita que a  
135 situação será resolvida brevemente. Finalizada esta discussão passa-se para o ponto de pauta **3.**  
136 **Apresentação do Projeto de Lei nº 265/2006 para parecer do CMS.** **Sônia Anselmo** informa que  
137 o Conselho Municipal de Saúde recebeu o Projeto de Lei nº 265/2006, de autoria dos Vereadores  
138 Roberto Fú e Marcos Defreitas, que trata do estabelecimento de tempo máximo para atendimento  
139 aos usuários em todas as Unidades de Saúde de Londrina, a Câmara Municipal deu um prazo até 28  
140 de dezembro para que o CMS enviasse parecer a respeito deste, como não havia tempo hábil para  
141 isto a Secretaria do CMS solicitou prorrogação do prazo para envio de parecer e enviou cópia deste  
142 projeto aos conselheiros solicitando que mandasse suas contribuições para a Comissão Executiva  
143 sistematizar as propostas. As contribuições recebidas foram da 17ª Regional de Saúde onde diz que  
144 em saúde existem situações clínicas que devem ser avaliadas por profissionais de saúde e que não  
145 podem estar subordinadas a uma lei, no entanto alguns fatores devem ser considerados, equipe  
146 suficiente para atender a área descrita, protocolos clínicos e de acolhimento estabelecido pela  
147 Secretaria e implantados em todos os serviços sob sua gestão; do Hospital Evangélico diz em que  
148 pese que o processo de trabalho na área de saúde tem suas especificidades para diferentes quadros  
149 clínicos, muitas vezes o tempo para o eficaz atendimento faz diferença no resultado, não sendo  
150 recomendável que o tempo para cada atendimento seja critério para se considerar a qualidade do  
151 serviço, há a necessidade de agilizar os trabalhos já iniciados pela comissão do CMS com o objetivo  
152 de viabilizar a questão do Pronto Socorro Referenciado, mas não é o Pronto Socorro Referenciado  
153 que está sob a égide desta lei, o que fala na lei são as Unidades Básicas de Saúde, portanto que o  
154 critério não seja apenas o tempo; o HOFTALON coloca que a rapidez do primeiro atendimento não  
155 traz como consequência a resolutividade no serviço, que cada caso é único e seria muito ingênuo  
156 atrelar o tempo de atendimento ao fim das filas; o Gestor municipal enviou como contribuição um  
157 documento que informa sobre uma nova readequação dos serviços de saúde municipal, atrelada a  
158 regulação e auditoria destes serviços em Londrina, cujo projeto foi aprovado recentemente pela  
159 Câmara Municipal. **Marlene Zucoli**, Diretora Executiva da Autarquia Municipal de Saúde, fala que

160 em reuniões passadas do CMS quando este assunto foi falado no item Informes, foi dito que a  
161 Autarquia estava estruturando um serviço para avaliação, auditoria e regulação da rede de saúde,  
162 nesse ínterim foi recebido o Projeto de Lei nº 265, quando este projeto chegou para parecer também  
163 da Secretaria de Saúde, após análise deste chegou-se a um consenso que o projeto apresentado pela  
164 administração municipal é que trataria, de fato, da qualidade da assistência. Fala que a rede de saúde  
165 expandiu muito rapidamente, hoje há um número muito grande tanto de prestação de serviços, como  
166 de funcionários, baseado nisso a análise feita é que o problema não está na oferta, que há uma  
167 necessidade urgente da mudança do processo de trabalho e através do Projeto de lei nº 265 isso não  
168 seria possível. Esclarece que o entendimento do Gestor Municipal é que esse núcleo de assessoria  
169 que contemplam quinze auditores, tem como um dos principais objetivos propiciar ao trabalhador  
170 em saúde uma organização dos serviços no seu local de trabalho, pois hoje há picos de atendimento  
171 que trazem desgaste físico e emocional aos trabalhadores da rede, pensando nisso e em como  
172 aumentar a resolutividade dos serviços que foram desencadeadas diversas discussões que culminou  
173 neste projeto, a princípio esta auditoria foi desencadeada nos hospitais, num trabalho conjunto entre  
174 a direção dos hospitais e a Secretaria de Saúde, trazendo bons resultados, pois foi conseguido manter  
175 as necessidades de leitos de uma forma adequada, mostrando a importância da auditoria e regulação  
176 e há necessidade que esta seja expandida para as Unidades Básicas de Saúde. Informa que este  
177 projeto será implantado em fevereiro, que terá a seguinte distribuição: 06 (seis) Médicos  
178 Assessores, cada um destes Assessores será responsável por aproximadamente seis Unidades de  
179 Saúde e terá o papel de regulador de um grupo de médicos, ou seja, esse Assessor em conjunto com  
180 o médico da Unidade tratarão das questões clínicas da Unidade de Saúde, também trabalharão a  
181 questão dos protocolos, para que este seja amplamente discutido e consensuado entre esses  
182 profissionais, sendo que a atribuição deste Auditor será também de gerenciar a implantação destes.  
183 Além destes 06 (seis) Enfermeiros Assessores que terão como papel avaliar o processo de trabalho  
184 de cada UBS de sua responsabilidade e da mesma forma o cargo de Dentista Assessor; esclarece que  
185 o objetivo desta auditoria é de contribuir e trabalhar conjuntamente para o aperfeiçoamento no  
186 atendimento ao usuário. Dentro da DACA já há duas enfermeiras fazendo este papel, mas tem  
187 ciência que este trabalho precisa ser implementado pois hoje Londrina tem diversos prestadores de  
188 serviços de saúde, diz que a experiência na DACA tem sido muito boa, pois as assessoras junto com  
189 os prestadores têm conseguido sanar diversas dificuldades. Por fim, diz que a Autarquia de Saúde  
190 fez, através de seus profissionais, uma grande pesquisa dentro dos serviços que culminou com este  
191 projeto, que será implantado em fevereiro, acredita que através deste será possível uma otimização  
192 dos serviços e também a troca de experiências entre as Unidades em como avançar em algumas  
193 questões, acredita também, que após a implantação deste a resposta será muito rápida, pois este  
194 acompanhamento mais efetivo trará como consequência a resolutividade dos serviços. Explica  
195 também, que o Médico Assessor terá como papel avaliar junto com o médico da Unidade os  
196 encaminhamentos para a especialidade e somente após uma discussão de caso entre os dois  
197 profissionais é que será definido se este caso precisa ser encaminhado ou se pode ser tratado dentro  
198 da Unidade de Saúde, pretende-se com isso diminuir a fila de espera para as especialidades, pois  
199 hoje da forma como está, a fila de espera é crescente, ou seja, a auditoria na fila de espera será para  
200 avaliar o grau de complexidade de cada paciente e com isso agilizar a resposta para o mesmo, com  
201 essa melhora no fluxo futuramente será possível até a diminuir a demanda de pacientes para UTI,  
202 pois uma vez que se o caso for resolvido na origem, possivelmente este usuário não precisará de uma  
203 UTI. Finaliza dizendo que não será com proposta de estabelecimento de tempo mínimo de  
204 atendimento que será resolvido os problemas da rede de saúde, mas sim com medidas gerenciais  
205 reguladoras. **Marcos Ratto** coloca sua insatisfação quanto ao documento entregue pela Autarquia de  
206 Saúde, pois acredita que os conselheiros municipais de saúde deveriam receber na íntegra o projeto  
207 da administração municipal, para que pudessem analisar e ler com tempo este projeto, para ter  
208 clareza do teor deste; fala que o SINDSERV não é contrário a estes profissionais e nem ao projeto,  
209 porém este projeto está causando uma polêmica muito séria, há Unidades de Saúde onde a  
210 coordenação não terá a gratificação, coloca que o SINDSERV é contrário a maneira como foi feito o  
211 projeto, pois em todo o tempo a administração municipal reforçava que não tinha como fazer a  
212 reposição salarial e em seguida propõe este projeto. **Marlene Zucoli** esclarece que este projeto

213 realmente é bem maior, porém trouxe este assunto para esse ponto de pauta porque entende que este  
214 item está atrelado a qualidade de serviços, da necessidade de resolutividade da assistência, dando  
215 enfoque ao atendimento ao usuário. **Neusa Maria** pergunta se com este projeto da Administração  
216 Municipal caberá ao Médico Assessor determinar quanto tempo ela poderá ficar dentro da fila de  
217 espera para especialidades, relata o caso de um presidiário que está com bolsa de colostomia,  
218 esperando para passar por cirurgia. **Rosalina Batista** sobre o Projeto de lei nº 265, informa que fez a  
219 contribuição, porém por problemas no e-mail a Secretaria do CMS não recebeu a mesma, diz que  
220 após ler este projeto ficou revoltada com a falta de conhecimento dos vereadores quanto a saúde  
221 pública, fala que nas conferências sempre foi pauta de reivindicação o atendimento humanizado e de  
222 qualidade, está lei não traz isto ao usuário; coloca também que a própria infra-estrutura das Unidades  
223 de Saúde não comportam um aumento de funcionários, ressaltando que as Unidades de Saúde da sua  
224 área de abrangência, atende cerca de 12 mil pacientes mês. Relata a sua insatisfação com a Câmara  
225 de Vereadores, pois há tempos passados, o Conselho Municipal de Saúde propôs a Casa que fizesse  
226 o chamamento de uma Audiência Pública para discutir e avaliar a conjuntura política na qual a  
227 Saúde de Londrina está abalada e os vereadores se colocaram contrários a isso, em seguida remete  
228 a este Conselho esse projeto de lei que não trará resolutividade ao atendimento do usuário. Quanto  
229 ao projeto apresentado pela Diretora Executiva da Autarquia de Saúde, diz que os conselheiros  
230 municipais e locais precisam estar junto com a Autarquia acompanhando a implantação desta lei.  
231 **Fahd Haddad** fala que não basta apenas fazer a lei, é necessário que se dê condições para que esta  
232 lei seja cumprida, caso contrário ela está fadada a ser descumprida; hoje a Saúde não tem como  
233 ampliar seus recursos humanos porque está otimizando recursos, uma vez que a tabela SUS está  
234 defasada em 100% comparando com o ano de 1994; outra questão a ser avaliada é a complexidade  
235 do caso, ou seja, a questão da avaliação de risco não é possível ser definida através de lei, limitando  
236 o tempo, mas sim quanto a complexidade; diz da necessidade do CMS apoiar a Autarquia de Saúde  
237 na implantação deste sistema de regulação, controle e auditoria visando melhorar a resolutividade,  
238 coloca a necessidade dos conselheiros conhecerem na íntegra esta lei; finaliza falando que sua  
239 sugestão é que o CMS vote contrário ao Projeto de Lei nº 265, uma vez que já há uma lei proposta  
240 pela Administração Municipal e dentro desta será possível o aperfeiçoamento de algumas ações.  
241 **Marlene Zucoli** explica que a Lei proposta pela Administração Municipal envolve outras áreas, que  
242 neste momento está focando apenas nos itens que envolvem a saúde; esclarece que esta síntese  
243 entregue hoje foi com o intuito de esclarecer aos conselheiros que a qualidade no atendimento não  
244 está atrelada ao tempo e sim numa avaliação de risco do paciente e na qualidade dos serviços que  
245 precisam ser implementadas. Informa a conselheira Neusa Maria que este projeto trará uma nova  
246 dinâmica ao agendamento para as especialidades, pois pretende-se disciplinar o que entra na fila de  
247 especialidades, como também fazer uma revisão dos casos que já entraram nesta fila sem avaliação  
248 prévia, tudo isso tem o objetivo de melhorar a assistência e diminuir o tempo de espera na fila; fala  
249 que hoje, por uma questão de mercado, há mais procura que oferta, ou seja, há poucos profissionais  
250 interessados em trabalhar no SUS, para driblar esta situação sem deixar a assistência desassistida é  
251 que buscou-se a construção de mecanismos gerenciais, ou seja, este projeto de regulação foi uma  
252 opção gerencial da Autarquia de Saúde, visando o avanço da gerência, esta foi uma decisão do  
253 Executivo e o CMS terá que acompanhar a implantação. **Paulo Roberto** sugere ao CMS que coloque  
254 o segmento de usuários a disposição da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores, pois os  
255 conselheiros têm a contribuir. **Rubens Martins** justifica aos conselheiros que tanto ele como a  
256 Associação Médica estavam de férias e portanto não tomaram conhecimento deste Projeto de Lei,  
257 parabeniza a fala da conselheira Rosalina, dizendo que um projeto que estabelece tempo de  
258 atendimento está fadado a ser descumprido, principalmente no Setor Saúde, onde logo pela manhã a  
259 demanda em busca de atendimento é intensa, este projeto, se aprovado, abalará a resolutividade do  
260 atendimento. Quanto ao projeto apresentado pela Autarquia, coloca a importância de se ter mais  
261 tempo para avaliação deste, mas a princípio um dos itens de suma importância e o fato de médico  
262 conversando com médico para discutir protocolos clínicos; quanto a questão da auditoria, coloca que  
263 esta deve ter o objetivo de avaliar e planejar novas ações. **Wânia Gutierrez** esclarece à conselheira  
264 Neusa que o presos tem profissionais a disposição dentro das entidades nas quais estão, fala também  
265 que não é qualquer hospital que pode receber este paciente, pois há a necessidade de uma infra-

266 estrutura específica que hoje em Londrina quem dispõe desta é o HURNPR. Quanto ao Projeto de  
267 Lei nº 265/2006, reforçando a fala do conselheiro Paulo Roberto, coloca também a 17ª Regional de  
268 Saúde à disposição dos legisladores municipais com o objetivo de clarificar como funciona a área de  
269 saúde; parabeniza a conselheira Marlene Zucoli pela apresentação do projeto da Autarquia de Saúde,  
270 pois hoje é impossível viabilizar a saúde sem auditoria, controle e avaliação, esclarece que o auditor  
271 não tem a função de glosar e sim de recomendar, discutir com o profissional e recomendar em cima  
272 de protocolos clínicos; relata experiência vivida dentro da Central de Leitos onde diversas vezes  
273 detectou-se pacientes que estavam nesta Central sem realmente se encaixarem nos critérios, baseado  
274 nisto é perceptível que o que falta nos serviços é uma auditoria séria e uma regulação dos pacientes.  
275 **Alda Mastelaro** reforça a posição do HEL, que foi mandada por escrito ao CMS, colocando-se  
276 contrários ao Projeto de Lei nº 265. Com relação ao projeto apresentado pela Autarquia, relata que  
277 esta auditoria foi implantada primeiramente nos hospitais, sendo que a contribuição foi muito boa,  
278 com crescimento de ambas as partes e vê como uma ação positiva a ampliação deste projeto,  
279 ressaltando a importância de se conhecer amplamente este projeto. **Joel Tadeu Corrêa** esclarece que  
280 tanto a Auditoria como a Ouvidoria, aprovadas na Conferência, devem estar atreladas ao Controle  
281 Social, sendo que esta também é uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde; fala que  
282 reconhece a competência do trabalho desenvolvido pelas Ouvidoras do Município, porém para que  
283 esta tenha realmente efetividade há a necessidade de um acompanhamento mais presente do controle  
284 social; propõe que o assunto apresentado pela Autarquia de Saúde seja pauta de futuras reuniões.  
285 **Marcos Ratto** questiona o porquê da Autarquia de Saúde trazer este relato hoje sem ter apresentado  
286 antes na Comissão Executiva e coloca que assuntos diferentes da pauta devem ser votados no início  
287 da reunião pela sua inclusão ou não, fala que esta Lei apresentada pela Autarquia deverá funcionar  
288 de médio a longo prazo e que a participação do controle social deste CMS é fundamental para que  
289 esta lei de fato seja cumprida; quanto a falta de profissionais do PSF, coloca sua preocupação quanto  
290 ao desfalque de profissionais na equipe. **Josemari S. de Arruda Campos** informa que através desta  
291 Lei a Autarquia de Saúde conseguirá dar cumprimento na questão do Pacto pela Saúde, acredita que  
292 esta regulação proposta auxiliará o gestor municipal a cumprir este Pacto. Propõe que esta discussão  
293 seja encerrada, colocando que o assunto trazido pela Autarquia de Saúde muito contribuiu nesta  
294 pauta. **Marlene Zucoli** esclarece que trouxe tópicos deste apenas para contribuir com a pauta, com  
295 o intuito de deixar claro que, enquanto gestor, não será através do estabelecimento de tempo que a  
296 qualidade na assistência será melhorada e sim através do estabelecimento de mecanismos de  
297 avaliação, acompanhamento e regulação buscando a resolutividade do serviço e conseqüentemente  
298 isso melhorará o tempo de espera nos serviços. Com relação ao Projeto de Lei nº 265/2006, endossa  
299 a proposta do conselheiro Fahd que diz ser contra a estabelecer tempo de atendimento nas Unidades  
300 de Saúde. Explica que a lei relatada é extensa porque detalha a atribuição de cada profissional,  
301 estabelecendo também um adicional para o salário médico, e a implantação de responsabilidade  
302 técnica. **Fahd Haddad** explica que sua proposta é que o CMS dê parecer contrário, justificando este.  
303 A seguir é colocada em **votação nominal o Projeto de Lei nº 265/2006, sendo APROVADO por**  
304 **19 conselheiros PARECER CONTRÁRIO, tendo uma abstenção do conselheiro Marcos Ratto.**  
305 **Sônia Anselmo** esclarece que juntamente com o Parecer Contrário, serão encaminhadas as  
306 justificativas pertinentes, baseadas nas colocações feitas nesta reunião pelos conselheiros. **Marcos**  
307 **Ratto** parabeniza a presidente do CMS por cumprir o regimento interno e proceder a votação  
308 nominal desta pauta. É passado para o ponto de pauta **4. 10ª Conferência Municipal de Saúde de**  
309 **Londrina – Constituição de Comissão Organizadora.** **Sônia Maria Anselmo** informa que o  
310 Conselho Estadual de Saúde enviou correspondência informando que a 8ª Conferência Estadual de  
311 Saúde tem como indicativo de data de 25 a 28 de outubro de 2007 e apresentando como indicativo  
312 de data para realização das Conferências Municipais de Saúde até o dia 15 de setembro de 2007;  
313 relata também que este ano haverá a etapa Nacional da Conferência, porém até o momento do  
314 Conselho Nacional não enviou nenhuma informação quanto ao tema e data desta etapa. Diante  
315 disso, coloca a necessidade de constituição urgente de uma comissão organizadora, com o objetivo  
316 de desencadear algumas ações, propõe que esta comissão seja nos moldes da comissão organizadora  
317 da Conferência passada, com 4 (quatro) usuários, 2 (dois) trabalhadores, 1 (um) gestor e 1 (um)  
318 prestador. Outro ponto a ser deliberado é quanto a data da Conferência, informa que o Teatro

319 Marista dispõe das seguintes agendas: 7, 8 e 9 de setembro, ou, 14, 15 e 16 de setembro, e que é  
320 preciso que o CMS defina uma data para que a reserva seja feita, uma vez que o Teatro Marista não  
321 tem como segurar estas duas agendas por muito tempo. **Angélica de Souza** coloca sua preocupação  
322 em realizar a Conferência Municipal no dia 07 de setembro, devido a experiência passada, onde  
323 houve um esvaziamento da Conferência neste dia. Propõe que, antes que seja deliberada a data da  
324 Conferência Municipal de Saúde, que seja feita uma consulta prévia ao Conselho Nacional de Saúde,  
325 pedindo as orientações pertinentes. **Sônia Anselmo** informa que a previsão para realização da etapa  
326 nacional é dezembro, portanto as datas propostas por ela não conflitam com o calendário nacional.  
327 **Fahd Haddad** propõe que a data da Conferência Municipal de Saúde seja dias 14, 15 e 16 de  
328 setembro, ratificando também, a proposta de formação da comissão organizadora nos moldes da  
329 Conferência anterior, propõe que seja estabelecido o prazo de até 23 de janeiro, para que os  
330 segmentos se articulem e indiquem seus representantes para compor a comissão organizadora.  
331 **Sônia Anselmo** pergunta ao CMS se é de consenso entre os pares que **a data da 10ª Conferência**  
332 **Municipal de Saúde de Londrina seja dias 14, 15 e 16 de setembro de 2007, sendo**  
333 **APROVADO pelos conselheiros.** **Marcos Ratto** pergunta se a Secretária do CMS entrará em  
334 contato com os segmentos para verificar quem foi eleito para compor a Comissão Organizadora.  
335 **Sônia Anselmo** propõe que fique um responsável de cada segmento e que este encaminhe a  
336 secretaria do CMS, até o dia 23 de janeiro, as indicações. **Sônia Anselmo** coloca que uma  
337 preocupação sua é que com a centralização da licitação na Secretaria de Gestão Pública os processos  
338 sejam mais lentos, e como são vários processos que precisam ser desencadeados, com prazos  
339 determinados, pede autorização ao CMS para fazer uma tomada de preços para verificar quanto  
340 custaria licitar uma empresa que teria como atribuição contratar os serviços que a comissão  
341 organizadora determinar pertinente para a realização da Conferência, esclarecendo que quem terá a  
342 palavra final na contratação dos serviços será o CMS. **Angélica de Souza** coloca sua preocupação  
343 que a terceirização deste serviço, implique em superfaturamento da Conferência, lembrando que  
344 sempre a comissão organizadora primou por trabalhar dentro de um teto financeiro estabelecido pelo  
345 CMS, que cabe a comissão organizadora debater sobre esse assunto e trazer para deliberação do  
346 CMS. **Sônia Anselmo** esclarece a conselheira Angélica que quando se licita uma empresa o critério  
347 de escolha é sempre o menor preço, desde que atendidas todas as solicitações. **Fahd Haddad** sugere  
348 que o CMS estabeleça um teto financeiro para ser utilizado na Conferência Municipal de Saúde,  
349 mediante isto propõe que seja feita uma consulta para empresas de organização estabelecendo este  
350 teto para elas, como teto máximo e quem fizer menos que isto é contratada, sendo que a comissão  
351 organizadora terá o papel de gerenciamento deste processo. **Sônia Anselmo** informa que o prazo  
352 máximo para desencadeamento dos pedidos para os processos licitatórios é 1º de fevereiro e propõe  
353 que nesta reunião seja estabelecido do teto máximo de gasto com a Conferência, esclarecendo que as  
354 empresas de eventos cobram de 20% a 30% para prestarem este serviço. Após diversas  
355 considerações ficou definido que até terça-feira dia 23 de janeiro os segmentos de trabalhador, gestor  
356 e prestador encaminhará a secretaria administrativa do CMS seus representantes na comissão  
357 organizadora, o segmento de usuários definirá seus representantes hoje, após a reunião do CMS; e  
358 que a Secretária do Conselho fará uma consulta para averiguar quanto uma empresa de eventos  
359 cobraria para contratar os serviços que a comissão organizadora definir pertinente para realização da  
360 Conferência e depois trará para o CMS deliberar, por último definiu-se que a primeira reunião da  
361 Comissão Organizadora será dia 25 de janeiro, às 09h00, na sala do CMS. É passado para o ponto  
362 de pauta **5. Apresentação e Aprovação do Calendário de Reuniões para o ano de 2007.** **Sônia**  
363 **Anselmo** informa que nos meses de fevereiro será preciso antecipar a reunião ordinária do CMS pois  
364 dia 20 de fevereiro é feriado, portanto traz proposta de que a **165ª Reunião Ordinária do Conselho**  
365 **Municipal de Saúde seja realizada no dia 13 de fevereiro sendo aprovado por todos os**  
366 **conselheiros**, as demais reuniões seguem agenda normal. **Após esta colocação os conselheiros**  
367 **municipais de saúde aprovaram o calendário de reuniões para 2007.** A seguir passa-se para o  
368 ponto de pauta **6. Indicação de Conselheiro para acompanhamento do Convênio SAMU/CIAP.**  
369 **Sônia Anselmo** informa que este ponto de pauta já foi discutido na reunião passada porém como não  
370 houve indicação de um segundo conselheiro para acompanhar o convênio SAMU/CIAP, este assunto  
371 retornou a pauta, relata que a proposta do conselheiro Fahd Haddad é que seja indicado um

372 conselheiro do segmento de usuários, uma vez que já há a representação do segmento de  
373 trabalhadores, através do conselheiro Deid Francisco. Pergunta aos conselheiros se é de consenso de  
374 todos que seja mantido Deid Francisco como um dos representantes do CMS no acompanhamento  
375 do Convênio SAMU/CIAP, sendo ratificado o nome do conselheiro. Pergunta se o CMS concorda  
376 que o outro representante do CMS seja do segmento de usuários, sendo acordado por todos.  
377 **Angélica de Souza** informa que após a reunião do CMS o segmento de usuário irá se reunir e definir  
378 seu representante, esclarecendo que esta indicação poderá ser reavaliada pelo segmento e trocada se  
379 este achar pertinente. A seguir é passado para o ponto de pauta **7. Análise da Situação da Dengue.**  
380 **Maurício Barros** informa que hoje será apresentado um resumo das atividades no combate a  
381 dengue, ressaltando o primordial papel do CMS nestas ações, pois aqui há representação dos mais  
382 variados setores da sociedade, isto faz com que a abrangência das informações seja propagada,  
383 envolvendo todos nesta luta. Apresenta a seguir o número de notificações e confirmações de casos  
384 de dengue de 2006 até a presente data, sendo 1.143 notificações, 78 casos confirmados, 49 casos  
385 autóctones, 29 casos importados e 64 estão em análise. Quanto aos casos de dengue distribuídos por  
386 região, eles estão dispostos da seguinte maneira: 18 casos na região norte, 15 casos na região sul, 9  
387 casos na região leste, 16 casos na região oeste, 17 casos no centro, 3 casos na região rural, sendo 1  
388 em Guaravera, 1 em Irerê e 1 em Paiquerê; Maurício explica que estes dados são preocupantes, pois  
389 é possível perceber que hoje o vírus está espalhado, diferente de 2003 onde havia uma concentração  
390 de casos na região leste. Fala que neste ano já ocorreram 76 notificações, esclarecendo que nenhum  
391 caso foi confirmado. Apresenta a seguir as ações desencadeadas, dizendo que teve início em 26 de  
392 dezembro de 2006 e ficará até 15 de março de 2007 a UBV Pesada, ou, popularmente falando o  
393 FUMACÊ, o trabalho será realizado em 174 localidades do Município, esta ação conta com a  
394 parceria da 17ª Regional de Saúde; há também a UBV Costal que é uma ação complementar do  
395 trabalho de UBV em locais de difícil acesso para o carro do Fumacê; outra ação importante é o  
396 trabalho conjunto de otimização das ações com os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de  
397 Controle de Endemias; também estão sendo feitas reuniões de mobilização junto aos segmentos da  
398 sociedade como CLS, Igrejas, Associações de Moradores e outros; reuniões do Comitê Municipal do  
399 Controle da Dengue; trabalho conjunto com 17ª Regional de Saúde; ações intersetoriais com a  
400 Secretaria de Saúde, CMTU, SEMA, Secretaria de Obras, Secretaria do Idoso, Secretaria da Mulher,  
401 Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, entre outras; além da campanha  
402 publicitária de rádio, TV e jornais. Finaliza dizendo que tanto a nível estadual como nacional houve  
403 um aumento significativo dos casos de dengue, fala que há um crescente dessa doença também nas  
404 Américas, ou seja, não é apenas em Londrina que este assunto está sendo debatido, reforça o papel  
405 que o conselheiro tem de propagador de informações, onde no seu dia-a-dia poderá desencadear  
406 ações de conscientização, trazendo com isso a prevenção deste vírus. **Josemari de Arruda Campos**  
407 coloca sua satisfação em ver o grande compromisso do Diretor Maurício Barros com as atividades  
408 desenvolvidas na sua Diretoria e é de suma importância esse papel de trazer para todos os segmentos  
409 a responsabilidade de mobilização em prol desta luta, que é interesse de toda a sociedade; explica  
410 que a preocupação é quanto essa circulação viral, pois no ano passado houve uma circulação viral  
411 em todos os meses do ano, semelhante ao que aconteceu em 2002, ano anterior a epidemia de 2003,  
412 porém naquela época o vírus estava concentrado na região leste, agora não, a circulação viral está em  
413 todas as regiões da cidade, pode ser que isso seja fruto de circunstância de ovos contaminados que  
414 ficam, pois na medida em que as fêmeas são infectadas pelo vírus, elas depositam no ambiente ovos,  
415 sendo que de 1% a 2% dos ovos podem nascer mosquitos portando o vírus de dengue, isso é muito  
416 preocupante. Agradece o empenho e a parceria da 17ª Regional de Saúde, relatando também, que o  
417 Prefeito e o Vice-Prefeito estão especialmente empenhados nesta luta, informando que a campanha  
418 publicitária foi desencadeada através da Prefeitura que priorizou a campanha de mobilização na  
419 prevenção da dengue; outra providência foi suprir os profissionais de saúde de informações sobre  
420 esta doença, foi encaminhada às Unidades de Saúde uma publicação do Ministério da Saúde sobre  
421 manejo clínico sobre dengue. **Fahd Haddad** parabeniza o trabalho desenvolvido pelo Diretor  
422 Ambiental Maurício Barros, também à Secretaria de Estado e do Município, pois de 1.143 casos  
423 notificados ter apenas 78 confirmados, é sinal que o trabalho está sendo desenvolvido com eficácia.  
424 Quando são apresentados os dados de notificação por regiões, não quer necessariamente dizer que

425 foi naquela região que ela contraiu o vírus, pois ela pode ter sido infectada em outra região, pergunta  
 426 se isto é levado em consideração. **Maurício Barros** explica que a princípio a pesquisa é feita através  
 427 do endereço do paciente, em seguida também é pesquisado o endereço de trabalho deste paciente, a  
 428 partir disto é feito o bloqueio dos dois endereços, mas nos registros o que conta é o endereço  
 429 residencial. **Fahd Haddad** pergunta se existe um mapeamento dos focos do mosquito. **Maurício**  
 430 **Barros** explica que isso é possível através do LIA (Levantamento de Índice Amostral) onde é  
 431 possível detectar o tipo de criadouro, no último levantamento o criadouro de destaque foi vasos de  
 432 plantas, que estão disseminados nas diversas regiões da cidade. **Fahd Haddad** pergunta se existe  
 433 dentro da Autarquia um controle da progressão dos casos e a sua velocidade, em qual mês  
 434 historicamente se atinge o pico. **Elizabeth Bueno** pergunta se está prevista alguma ação específica  
 435 para a zona rural, visando atingir lugar de difícil acesso e também pela extensão geográfica da zona  
 436 rural. **Marcos Ratto** parabeniza o Diretor Maurício Barros por seu empenho em fazer dar certo o  
 437 combate ao Aedes. Diz que há a necessidade do comprometimento maior da Prefeitura de Londrina,  
 438 não através de campanhas publicitárias, mas sim através de ações das diversas secretarias. **Joel**  
 439 **Tadeu** referenda a fala do conselheiro Marcos Ratto quanto ao comprometimento do Diretor  
 440 Maurício Barros, pois é mérito do Diretor Maurício Barros a maciça participação popular. **Maurício**  
 441 **Barros** primeiramente agradece aos elogios, responde ao conselheiro Fahd que existe um estudo,  
 442 principalmente, do pico de aparecimento dos casos e é a partir do mês de dezembro que os casos  
 443 começam a aparecer com mais frequência de dezembro a março é quando o número de casos  
 444 aumenta, por isso a preocupação eminente, pois ultimamente vem ocorrendo muita chuva, com alta  
 445 temperatura, ou seja, ambiente propício para a proliferação do mosquito. Respondendo a conselheira  
 446 Elizabeth Bueno, relata que em Irerê como houve a notificação de um caso, foi necessário fazer a  
 447 averiguação em 100% das casas, onde o Agente de Endemias foi em todas as casas do distrito,  
 448 destruindo possíveis criadouros de focos, esse tratamento de 100% também será feito em Guaravera  
 449 e Paiquerê, com a possibilidade de estender-se aos outros distritos rurais. **Josemari de Arruda**  
 450 **Campos** complementa dizendo que a circulação viral do mosquito está na região urbana dos  
 451 patrimônios. **Acácio** enaltece o trabalho do Diretor Maurício, que antes do período crítico já  
 452 chamava a atenção de todos na prevenção da dengue; coloca sua preocupação com os casos  
 453 detectados na região central, pois viu noticiado através da mídia que Posto de Gasolina e Delegacias  
 454 não estão cuidando do ambiente em que estão situados. **Rosalina Batista** coloca a necessidade de  
 455 que seja feito um trabalho com as famílias do Jardim São Lourenço no sentido de sensibilizá-las  
 456 quanto a não jogar entulhos nos terrenos públicos; comunica que dia 07 de fevereiro, acontecerá  
 457 reunião anual do CONSUL, na qual são convidados todos os moradores daquela região e nessa  
 458 reunião será pauta a questão da prevenção da dengue, visando sensibilizar a população da região sul.  
 459 **Maurício Barros** respondendo ao conselheiro Acácio, informa que os Postos de Gasolina estão  
 460 sendo vistoriados frequentemente, além disso a Autarquia de Saúde está tentando ir de casa em casa,  
 461 na região central, visando destruir os focos da dengue; uma proposta a ser implementada é o  
 462 aumento das equipes do centro. Informa também, que há funcionários no aeroporto e na rodoviária,  
 463 conversando com quem chega e quem sai do Município. Fala para a conselheira Rosalina que seu  
 464 objetivo é articular, junto com as lideranças da região sul, uma reunião antes do dia 07 de fevereiro,  
 465 tendo como pauta a questão da prevenção da dengue, pois não é possível esperar até a reunião do  
 466 CONSUL para trabalhar esta pauta. Finalizando, fala que o trabalho de sensibilização de cada um  
 467 não está apenas na questão da eliminação dos focos, mas sim na manutenção disto, cada cidadão tem  
 468 que chamar para si a responsabilidade nesta luta, tem que haver um trabalho educacional,  
 469 esclarecendo a responsabilidade não só do poder público, mas de toda a sociedade. Nada mais  
 470 havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião. A presente ata elaborada por Márcia Batista Brizola e  
 471 Sônia Maria Anselmo, será lida e assinada pelos conselheiros abaixo relacionados.

472  
 473 TITULAR Josemari Sawczuk de Arruda Campos Ausente justificativa  
 474 SUPLENTE Marlene Zucoli  
 475  
 476 TITULAR Wânia Gutierrez

477	SUPLENTE	Sônia Maria de Almeida Petris	Ausente
478			
479	TITULAR	Rubens Martins Júnior	
480	SUPLENTE	Benedito Fernandes	
481			
482	TITULAR	Alberto Durán Gonzalez	Ausente justificativa
483	SUPLENTE	Argéria M. Serraglio Narciso	Ausente justificativa
484			
485	TITULAR	Isaltina Pires Cardoso	Ausente justificativa
486	SUPLENTE	Deid Francisco Ferraz da Silva	Ausente
487			
488	TITULAR	Éder Pimenta de Oliveira	Ausente justificativa
489	SUPLENTE	Marcos Rogério Ratto	Ausente
490			
491	TITULAR	Bett Claidh	Ausente
492	SUPLENTE	Manoel Nivaldo Da Cruz	Ausente
493			
494	TITULAR	Fahd Haddad	
495	SUPLENTE	Ana Paula Cantelmo Luz	Ausente justificativa
496			
497	TITULAR	Alda Mastelaro Hayashi	
498	SUPLENTE	Mara Rossival Fernandes	Ausente justificativa
499			
500	TITULAR	Francisco Eugênio Alves de Souza	Ausente
501	SUPLENTE	Jeremias Bequer Brizola	Ausente justificativa
502			
503	TITULAR	Orides Lopes Pinheiro	Ausente justificativa
504	SUPLENTE	Ogle Beatriz Bacchi de Souza	Ausente justificativa
505			
506	TITULAR	Paulo Fernando Nicolau	Ausente
507	SUPLENTE	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
508			
509	TITULAR	Neusa Maria dos Santos	Ausente
510	SUPLENTE	Custódio Rodrigues do Amaral	
511			
512	TITULAR	Joel Tadeu Correa	
513	SUPLENTE	Jurema de J. C. dos Santos	
514	de		
515			
516	TITULAR	Paulo Sérgio Gomes do Prado	Ausente
517	SUPLENTE	Acácio dos Santos	
518			
519	TITULAR	Laurentino dos Santos Paulista	Ausente
520	SUPLENTE	Sebastião Francisco Rêgo	Ausente
521			
522	TITULAR	Livaldo Bento	Ausente
523	SUPLENTE	José do Carmo Medeiro	
524			
525	TITULAR	Angélica de Souza	
526	SUPLENTE	José Barbosa	
527			
528	TITULAR	Terêncio de Lima	
529	SUPLENTE	Maria Aparecida da Silva Cardoso	

530			
531	TITULAR	Ailton de Souza	
532	SUPLENTE	Natal de Oliveira	
533			
534	TITULAR	Euclides Lunardelli Filho	Ausente
535	SUPLENTE	Wilma Silva Ribeiro	
536			
537	TITULAR	Paulo Roberto Vicente	
538	SUPLENTE	Vera Lúcia Giachetto	Ausente
539			
540	TITULAR	Elizabeth Bueno Candido	
541	SUPLENTE	Joelma Apda de Souza Carvalho	
542			
543	TITULAR	Rosalina Batista	
544	SUPLENTE	Irene de Jesus Macena	
545			